



## **Segregação Socioespacial em Praia Grande-SP: Análise da distribuição de equipamentos urbanos e populações por classe, raça e gênero**

**Gilmar dos Santos Diniz**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Cubatão  
(IFSP-CBT), Cubatão, SP, Brasil

**Júlio César Zandonadi**

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo – Campus Cubatão  
(IFSP-CBT), Cubatão, SP, Brasil

### **Resumo:**

Com a grande expansão urbana e o aumento significativo da densidade populacional em todos os municípios da Região Metropolitana da Baixada Santista nas últimas décadas, formou-se um complexo sistema de estratificação e segregação socioespacial que se consolidou ao longo dos anos. Fundamentado principalmente na localização do território urbano em relação ao mar e no poder aquisitivo dos grupos de indivíduos, esse sistema hierárquico definiu e continua definindo em qual parte da cidade determinadas populações, principalmente de acordo com seus rendimentos, residirão, estimulando ainda mais a desigualdade socioeconômica entre a população. Com foco no município de Praia Grande, este projeto analisou o processo da segregação socioespacial imposta que surge em meados do século XX e se acentua atualmente. Para tal foi traçado como base para distinguir os segmentos populacionais algumas características como: rendimentos, raça e gênero do responsável pelo domicílio. Levando sempre em consideração a dimensão socioespacial, exploramos cada setor da cidade observando a carência de equipamentos públicos essenciais à reprodução da vida em cada área, com ênfase nas esferas da educação, da saúde e lazer. Neles foi identificado que há concentração de equipamentos privados em áreas com populações de maior poder aquisitivo, porém baixa densidade populacional, cabendo às populações com menores rendimentos buscar o acesso aos equipamentos públicos, principalmente

de ensino e saúde. Observamos, ainda, uma certa restrição ao lazer pois os esses equipamentos [praças públicas] não se concentram em áreas ocupadas predominantemente por populações de baixo rendimento, autodeclarados pretos ou pardos e com mulheres responsáveis pelo rendimento no domicílio, que são os setores com maior densidade populacional.

**Palavras-chave:** Segregação socioespacial imposta. Cidades litorâneas. Equipamentos urbanos. Praia Grande-SP. Fenômeno turístico.

**Abstract:**

With the large urban expansion and the significant increase in population density in all municipalities of the Metropolitan Region of Baixada Santista in recent decades, a complex system of socio-spatial stratification and segregation has been formed and consolidated over the years. Based mainly on the location of the urban territory in relation to the sea and on the purchasing power of groups of individuals, this hierarchical system has defined and continues to define in which part of the city certain populations, mainly according to their income, will reside, further stimulating socioeconomic inequality among the population. Focusing on the city of Praia Grande, this project analyzed the process of imposed socio-spatial segregation that arose in the mid-twentieth century and is currently accentuated. In order to do so, we used as a basis to distinguish the population segments some characteristics such as: income, race and gender of the person responsible for the household. Taking always into consideration the socio-spatial dimension, we explored each sector of the city and observed the lack of public equipment essential for the reproduction of life in each area, with emphasis on the spheres of education, health and leisure, in which it was identified that there is a concentration of private equipment in areas with populations of higher purchasing power, but low population density, In areas occupied predominantly by populations with low income, self-declared black or mixed race, and with women responsible for the household income, which are the sectors with the highest population density, there are fewer public squares, in other words, a certain restriction to leisure.

**Keywords:** Imposed socio-spatial segregation. Coastal cities. Urban equipment. Praia Grande-SP. Tourist phenomenon.

## **INTRODUÇÃO**

Este artigo parte dos preceitos de Lefebvre (1991) sobre o fenômeno urbano, o qual não se restringe à cidade em si, mas sim ao conjunto de manifestações da cidade no espaço social, incluindo o campo e a rede de cidades. É a partir de tal entendimento que consideramos que a análise da urbanização e da cidade não se reduz ao espaço intraurbano [da cidade] ou interurbano [da rede urbana], mas sim na articulação entre essas diferentes escalas, como também com a macroestrutura do modo de produção hegemônico.

É a partir desses princípios que o recorte territorial da análise se dá sobre a região da Baixada Santista, mais precisamente em relação à cidade de Praia Grande-SP.

Como objetivo central pretende-se contribuir para o entendimento do fenômeno de urbanização brasileiro e paulista, sobretudo a análise do processo de produção do espaço urbano e expansão territorial urbana. Mais precisamente, a análise tem como objeto a compreensão de aspectos da urbanização de cidades litorâneas do Estado de São Paulo, com ênfase no processo de (re)estruturação das cidades, especificamente de Praia Grande-SP, diante da situação geográfica periférica na rede urbana da Baixada Santista, mas principalmente na manifestação da segregação socioespacial imposta.

Metodologicamente, a análise foi organizada a partir do levantamento de dados econômicos e populacionais dos municípios que compõem a rede urbana da Baixada Santista, com vistas a identificar a posição hierárquica de Praia Grande-SP em relação às demais cidades da região, com levantamento e sistematização de bibliografia do histórico da cidade de Praia Grande-SP. Com o intuito de compreendermos a estrutura da cidade, analisamos o mapeamento socioespacial de Praia Grande-SP a partir dos dados populacionais, de renda, autodeclaração de cor,

raça e mulheres responsáveis pelos domicílios disponibilizados pelo Censo-IBGE/2010. Por fim, objetivando identificar os contextos de segregação socioespacial imposta, foi levantada a localização de equipamentos urbanos voltados à promoção do ensino, à manutenção da saúde e à viabilização do lazer.

Os objetivos e metodologias abordados permitiram a identificação de aspectos da urbanização e expansão da cidade de Praia Grande-SP, sobretudo os contextos de segregação socioespacial imposta, nos quais há populações que habitam situações periféricas, com baixos rendimentos mensais e com reduzida ou ausência de equipamentos urbanos que possam possibilitar a mobilidade social dessas populações.

## **PRAIA GRANDE-SP NO CONTEXTO DA REDE URBANA DA BAIXADA SANTISTA**

Como já destacamos, partimos do entendimento da urbanização articular em escalas, da rede urbana e da cidade, isto é, a posição hierárquica da cidade no âmbito da rede urbana é uma das variáveis fundamentais à estrutura e estruturação da cidade, tanto em relação ao porte populacional e à caracterização dessa população, como também associado à complexidade da atuação de capitais.

Desse modo, a rede urbana da Baixada Santista é compreendida a partir da definição de Dias (2006) em que as redes são entendidas como um sistema geral de comunicações que viabiliza a circulação e a comunicação, isto é, a integração e a solidariedade.

Para compreender a situação geográfica da Baixada Santista, temos os dados:

Tabela 1 - População Urbana da Baixada Santista, por cidades – 1970 a 2010

Cidade	1970	1980	TG*	1991	TG*	2000	TG*	2010	TG*
Bertioga	---	---	---	---	---	29.178	---	46.818	<b>5,39</b>
Cubatão	37.147	78.303	8,64	80.988	0,34	107.661	3,21	118.797	<b>1,10</b>
Guarujá	90.514	151.127	5,86	186.696	2,14	264.733	3,96	290.556	<b>1,04</b>

Itanhaém	12.265	26.163	8,78	40.030	4,34	71.148	6,60	86.238	<b>2,16</b>
Mongaguá	4.660	9.826	8,64	16.908	5,58	34.942	8,40	46.108	<b>3,13</b>
Peruíbe	6.966	17.048	12,17	27.705	4,98	50.370	6,87	59.125	<b>1,80</b>
Praia Grande	19.671	66.011	14,40	110.757	5,31	193.582	6,40	260.769	<b>3,37</b>
Santos	343.427	414.710	2,12	396.793	-0,44	415.747	0,52	419.443	<b>0,10</b>
São Vicente	115.935	192.858	5,82	241.572	2,28	303.413	2,56	331.792	<b>1,00</b>

\* Taxa Geométrica de Crescimento Populacional.

Em destaque, a cidade de Praia Grande-SP.

Fonte: Fundação SEADE

Em relação à dinâmica populacional da rede urbana da Baixada Santista, de modo geral, a partir da década de 1970 tem-se o ganho populacional. Contudo, percebe-se dois momentos distintos. Primeiramente, entre a década de 1970 a 1991, é o período de consolidação de Cubatão como polo industrial do país, bem como a expansão do porto de Santos. A seguir, a partir de 1991, acontece a desindustrialização de Cubatão. Porém, com o avanço do fenômeno turístico impulsionado pela interligação da Baixada Santista com a metrópole paulista através de rodovias, promoveu-se o avanço de determinadas atividades capitalistas, principalmente do capital imobiliário, com a intensificação da prática de construção de segundas residências e intensa verticalização das cidades com acesso à praia.

Nos períodos destacados, Praia Grande-SP está entre as cidades com maior crescimento populacional. As hipóteses para tal crescimento são, inicialmente, a função de dormitório à industrialização cubatense, e juntamente, mas principalmente após a década de 1990, o avanço do fenômeno turístico, do capital imobiliário e da construção civil. Outro ponto a se destacar sobre a dinâmica populacional é que o crescimento populacional de Praia Grande ocorre juntamente ao decréscimo populacional do centro da rede, a cidade de Santos, dando indícios de que Praia Grande também pode exercer a função de cidade-dormitório no âmbito da rede urbana da Baixada Santista, como moradia de trabalhadores da cidade de Santos.

Vejamos alguns dados econômicos:

Tabela 2 - Pessoal ocupado na região da Baixada Santista – 2012 a 2020

(continua)

Cidade	Pessoal ocupado em comércio e serviços				Pessoal ocupado na agropecuária				Pessoal ocupado em empregos formais			
	2012	%	2020	%	2012	%	2020	%	2012	%	2019	%
Bertioga	10.961	3,18	12.717	3,86	24	2,69	17	2,73	12.200	3,04	13.386	3,62
Cubatão	20.113	5,84	16.010	4,86	31	3,48	11	1,77	40.137	10,01	27.258	7,38
Guarujá	45.815	13,30	42.934	13,04	237	26,60	204	32,80	50.720	12,65	45.936	12,43
Mongaguá	5.133	1,49	5.884	1,79	16	1,80	1	0,16	5.646	1,41	6.641	1,80
Itanhaém	12.055	3,50	12.831	3,90	139	15,60	89	14,31	13.176	3,29	13.636	3,69
Peruíbe	7.474	2,17	8.503	2,58	56	6,29	33	5,31	8.073	2,01	9.353	2,53
<b>Praia Grande</b>	<b>38.066</b>	<b>11,05</b>	<b>45.665</b>	<b>13,87</b>	<b>1</b>	<b>0,11</b>	<b>2</b>	<b>0,32</b>	<b>43.995</b>	<b>10,98</b>	<b>51.239</b>	<b>13,86</b>
Santos	169.505	49,19	152.401	46,27	382	42,87	260	41,80	186.482	46,53	167.285	45,26
São Vicente	35.446	10,29	32.405	9,84	5	0,56	5	0,80	40.369	10,07	34.837	9,43
<b>Total</b>	<b>344.568</b>		<b>329.350</b>		<b>891</b>		<b>622</b>		<b>400.798</b>		<b>369.571</b>	

Em destaque, a cidade de Praia Grande-SP.

Fonte: Fundação SEADE

A análise preliminar da conjuntura econômica e do trabalho na rede urbana da Baixada Santista reafirma a cidade de Santos como centro regional, enquanto as demais exercem funções complementares, tanto em relação ao setor de comércio e serviços, como na agropecuária e concentração dos empregos formais.

Destacamos a grande concentração tanto de estabelecimentos como do emprego formal na cidade de Santos, com mais de 40% de concentração econômica na região, o que indica que a cidade não apenas detém a concentração, mas

também centraliza os fluxos de capitais e populações [trabalhadores e consumidores], exercendo uma centralidade hegemônica na Baixada Santista.

Em relação à Praia Grande-SP, percebe-se que entre os anos de 2012 a 2020 a cidade passa a ser a 2ª maior economia da Baixada Santista, tendo a segunda maior concentração de empregos formais no comércio e serviços, ultrapassando o Guarujá. É importante ressaltar que o setor terciário, que engloba comércio e serviços, está diretamente associado ao fenômeno turístico, principalmente a construção civil. Tais mudanças também indicam alterações na forma, função e conteúdo da cidade, tanto no espaço interurbano quanto no espaço intraurbano.

## **PRAIA GRANDE: O ESPAÇO INTRAURBANO E A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL IMPOSTA**

Ao abordar o espaço intraurbano de Praia Grande, bem como o processo de segregação socioespacial imposta, é essencial destacarmos a abordagem teórica sobre dois termos: “estrutura da cidade” e “segregação socioespacial” que baseiam esta análise.

Partimos dos preceitos lefebvryianos de compreender a urbanização como um processo estruturante da sociedade capitalista, ou seja, o urbano como modo de reprodução social difuso, para além da cidade, e que remonta formas urbanas em múltiplas escalas. Diante disso, abordamos o termo “estrutura urbana” como sendo a forma, função e conteúdo da rede urbana em suas múltiplas escalas, do global ao regional. Enquanto a “estrutura da cidade” como sendo a forma, função e conteúdo da cidade em si, no espaço intraurbano (LEFEBVRE, 1991).

É importante ressaltar que quando abordamos o termo estrutura nos referimos a um recorte de tempo específico, pois temos ciência de que tanto a cidade quanto a rede urbana, através de relações dialéticas entre a escala do urbano e da cidade, estão em constante produção e reprodução, isto é, as formas,

funções e conteúdos tanto da rede urbana quanto da cidade estão em constante estruturação, podendo se redefinirem, a partir de rupturas de lógicas vigentes e a implantação de novas lógicas de produção, partindo para dinâmicas de reestruturação.

Deixamos evidente que estamos abordando a estrutura da cidade de Praia Grande – SP nos últimos 12 anos, tendo em vista a disparidade dos dados primários, extraídos empiricamente em 2022, com os dados secundários, alguns atualizados para 2020, como os dados da Fundação SEADE, e mais defasados, como os dados do Censo/IBGE – 2010, o que dá margem as distorções, mas que, a nosso ver, não repercute em grandes deformações na análise da estrutura da cidade de Praia Grande, tendo em vista que o processo de estruturação da cidade que mapeamos datamos como recorte temporal a década de 1990.

## **A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL IMPOSTA EM PRAIA GRANDE-SP: CLASSE, RAÇA E GÊNERO**

Corrêa (1989) destaca que a segregação socioespacial é uma das dinâmicas fundamentais para compreender o espaço das cidades, sendo que o debate acerca do termo e a formulação do conceito se iniciaram na década de 1920, no âmbito das análises da Escola de Chicago, associado a estudos definidos como da “ecologia urbana”, isto é, que interpretava os processos sociais como processos orgânicos e da natureza humana.

Entretanto, entendemos que a forma identificada naquele momento é um desdobramento da espacialização do modo de produção capitalista em sua fase fordista, em que a “classe média” operária passa a ter um papel fundamental na industrialização, principalmente via dimensão do consumo.

A perspectiva de Correa (1989) define a segregação como um processo espacial vinculado à existência e reprodução de diferentes e desiguais grupos

sociais, o que implicou e ainda implica, diretamente, na separação espacial [residencial] dos distintos segmentos socioeconômicos na cidade.

Lojkine (1997) contribui ao destacar a função do preço da terra urbana, sendo a renda fundiária urbana uma determinante fundamental à separação de segmentos socioeconômicos no âmbito da cidade, pois as distintas precificações da terra determinam quem pode e quem não pode acessá-las e habitá-las.

Tal diferenciação residencial no âmbito da cidade tem como dimensão determinante a renda, isto é, a possibilidade ou não de pagar pelo preço da terra urbana, entretanto, outras dimensões devem ser incorporadas na análise, pois além da desigualdade de renda há possibilidades distintas de acesso à renda, seja por diferenças étnicas, de cor da pele, nível educacional e gênero.

Sobre a segregação socioespacial em si, há diferentes tipologias dessa dinâmica.

A *autossegregação*, denominada por Souza (2003) como segregação voluntária e por Carlos (2004) como segregação espontânea, é o processo em que indivíduos ou grupos de indivíduos escolhem separar-se residencialmente de outras classes ou segmentos sociais, através da criação de bairros exclusivos, na maioria com preço elevado da terra urbana, tal como vem sendo reproduzido nas últimas décadas em loteamentos fechados e condomínios horizontais e verticais.

O outro tipo é a *segregação socioespacial imposta*, ou como define Souza (2003) a segregação involuntária, que ocorre quando indivíduos ou grupos de indivíduos têm restringidas suas possibilidades de ocupar a cidade, sendo praticamente induzidos ou imposto a elas determinados locais para moradia, sejam com preços da terra urbana reduzidos, ou áreas que não estão integralmente vinculadas ao mercado de terras urbanas, tais como áreas de preservação permanente, terrenos públicos, entre outros. No âmbito de tal tipologia, temos um contexto de legalidade, que são grupos sociais que conseguem acessar o mercado de terras, mesmo sendo de modo periférico, isto é, os locais com menores preços. Porém também há o contexto da ilegalidade, que é a ocupação de áreas em que

não são permitidas edificações, desse modo a moradia não é qualificada como propriedade privada, o que as caracterizam como processos de favelização, de autoconstrução, e em cidades ribeirinhas e litorâneas, como palafitas.

É essa tipologia que nos interessa nesta análise, e para identificar a segregação socioespacial imposta em Praia Grande – SP, abordaremos os dados populacionais e econômicos da cidade. Infelizmente tais dados estão desatualizados por terem como fonte primária o Censo IBGE e o último foi realizado em 2010.

## **PRAIA GRANDE – SP: ESTRUTURA E ESTRUTURAÇÃO DE UMA CIDADE LITORÂNEA**

O vínculo entre a Baixada Santista e o Planalto Paulista não é recente. No século XVI já existiam caminhos que interligavam o Planalto com a região litorânea do sul de São Paulo [especificamente São Vicente e Itanhaém], tendo como objetivo a circulação de pessoas e mercadorias entre as duas regiões e, através dessa necessidade, os jesuítas foram os primeiros a traçarem rotas sob as ordens de Mem de Sá. Algumas rotas criadas foram: Caminho do Mar, Calçada de Lorena e Estrada da Maioridade. Nenhum desses caminhos tinha como destino o território onde hoje é a cidade de Praia Grande, mas atravessavam tal área (VIEIRA, 2008).

Somente no século XVIII, de acordo com Vieira (2008), é que iriam se estabelecer pequenos vilarejos caiçaras que sobreviviam, sobretudo, da pesca, do cultivo de gado e de pequenas culturas agrícolas. Essa população caiçara que se instalou na região foi provavelmente constituída por viajantes que resolveram se fixar na terra após utilizarem algumas das rotas que cortavam o território. Na segunda metade do século XIX, com Praia Grande já sendo distrito de São Vicente, vivia-se da agricultura de subsistência e da exploração de recursos naturais, sobretudo da lenha e cultivo de banana, que eram comercializadas em Santos e São Vicente.

Em 1902, com a construção da Fortaleza de Itaipu, o distrito passa a ganhar em centralidade, com a expansão do tecido urbano dando-se lentamente, podendo-se afirmar que a Fortaleza dinamiza o distrito. No início do século XX, Praia Grande já contava com uma escola. Em 1914 ocorre a inauguração da Ponte Pênsil ligando Praia Grande a São Vicente, com ligação terrestre, dando outra possibilidade que não fosse apenas a via marítima e fluvial, favorecendo a chegada de populações em Praia Grande (VIEIRA, 2008).

Ainda no início do século XX, o povoado de Praia Grande tinha grande dependência econômica de São Vicente e de Santos com a venda de lenha e produtos agrícolas, contudo tinha crescimento populacional e mudanças na paisagem. Em 1909 foi construída a primeira capela, a Capela de Santo Antônio, no bairro do Boqueirão. Na década de 1920 foi construído o primeiro reservatório de água, em 1926 é instalada a rede de energia elétrica e surgem os primeiros loteamentos, ruas e telefones. É nesse contexto que o processo de urbanização se intensifica e a atividade agrária dá lugar à indústria da construção civil (VIEIRA, 2008).

O marco inicial do fenômeno turístico no distrito tem como recorte a inauguração do primeiro hotel em 1928, o Hotel dos Alemães. A existência da praia passa a ser um atrativo para os primeiros fluxos turísticos e a construção das primeiras casas para segunda residência. Em 1927, é inaugurado o Aero Club de Santos [conhecido como Campo da Aviação], contudo, ainda nos referimos a um distrito com infraestrutura precária, marcado pela implantação de casas térreas de segunda residência e habitantes que atuam na produção agrícola e construção civil.

As primeiras iniciativas de verticalização começam na década de 1940, com a construção do Edifício Xixová, próximo à Fortaleza de Itaipu, e a demarcação do primeiro bairro, o Jardim Guilhermina. A verticalização tem impulso com a construção do Conjunto Habitacional Cidade Ocian pela Organização Construtora e Incorporadora Andraus (OCIAN) (VIEIRA, 2008).

O projeto Ocian é uma tentativa de construção de uma cidade planejada ao lado do distrito de Praia Grande, com infraestrutura [água encanada, energia

elétrica, coleta de esgoto e sistema próprio de tratamento, igreja, escola, núcleo comercial, agência bancária – BRADESCO, entre outros]. Inaugurada em 1956, contava com 22 prédios com um total de 1.350 apartamentos (VIEIRA, 2008). É nesse contexto que a classe média paulistana passa a atuar na compra de imóveis nessa área como forma de imobilização do capital e aquisição de segunda residência para fins turísticos, a “casa de praia”.

Não podemos deixar de citar o ano de 1947, quando se dá a implantação da Rodovia Anchieta que liga via rodoviária e com mais mobilidade, São Paulo à Baixada Santista. Isso intensifica o turismo de segunda residência, de fim de semana e de veraneio [verão], impulsionando a expansão territorial horizontal e vertical em Santos, São Vicente e também em Praia Grande.

Em 1967, grupos políticos e de investidores se organizam e emancipam Praia Grande de São Vicente, com Praia Grande tendo a sua primeira eleição municipal em 1968.

Com o passar dos anos, a expansão territorial urbana se intensificou, tanto com o aumento de segundas residências, como também com a chegada de migrantes, vindos de áreas precárias do Brasil, tais como as regiões Norte e Nordeste. A verticalização se torna uma característica consolidada nas proximidades da praia, e houve um crescimento exponencial do setor comercial e de serviços, principalmente para contemplar os fluxos turísticos. Ainda em relação ao turismo, nas décadas de 1970 a 1990, a cidade abrigou o maior complexo de Colônias de Férias das mais diversas categorias de trabalhadores da América Latina.

Podemos destacar os seguintes fatores e dinâmicas como responsáveis tanto pela expansão territorial de Praia Grande como pelo crescimento populacional da cidade: o fluxo de imigrantes para a Baixada Santista após a Segunda Grande Guerra Mundial, dado o Porto de Santos ter sido um dos principais pontos de entrada de imigrantes na época; a implantação da Rodovia Anchieta em 1947, interligando São Paulo com a Baixada Santista pelo modal rodoviário; a implantação das duas pistas da Ponte do Mar Pequeno, interligando Praia Grande a São Vicente via rodovia em 1982, a proximidade de São Paulo [47 km]; e a consolidação de

Cubatão como Polo Industrial [petroquímico e siderúrgico] a partir da segunda metade da década de 1950.

Embora o fenômeno turístico seja um instrumento que drena renda à região, há inúmeras consequências aos seus habitantes, sendo algumas delas: deficiência no fornecimento de água; poluição de praias e lixo em ruas e avenidas; aumento da demanda e sobrecarga dos sistemas públicos de saúde; aumento de atividades criminais [tráfico de drogas; prostituição infantil; roubos, furtos etc]; sobrecarga no sistema de trânsito e, principalmente, elevação do preço da terra urbana via especulação imobiliária.

No caso de Praia Grande-SP, a cidade é cortada pela Rodovia Expressa Sul [SP-55] e através dela o capital imobiliário criou uma barreira espacial e socioeconômica por ter proximidade com a praia e com a cidade de São Vicente, além de ser o acesso a Santos, o centro regional, sendo estes os principais determinantes para elevação do preço da terra urbana. Desse modo, as populações mais vulneráveis socioeconomicamente, com baixos níveis de renda e residências em condições precárias, habitam, principalmente, as áreas além de rodovias e distantes do limite da cidade com São Vicente e acesso a Santos. Já no lado praia, somado às proximidades de São Vicente, situam-se as populações com maiores níveis de renda, com um processo intenso de verticalização e inúmeros imóveis não-ocupados, reservados ou para segunda residência, mercado de aluguéis de fim de semana e verão, ou mesmo como reserva de valor.

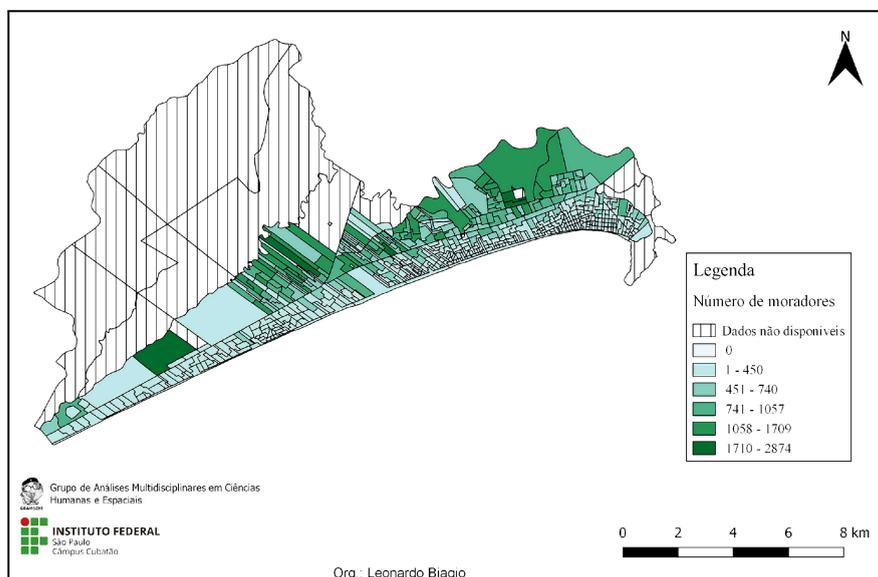
## **A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL IMPOSTA EM PRAIA GRANDE-SP**

Retomando, entendemos a segregação socioespacial imposta como a dinâmica em que os indivíduos ou grupos de indivíduos têm suas opções de moradia restritas, dependendo do nível de rendimentos, etnia, gênero etc. Contudo, nas cidades capitalistas o que impera é o fator renda, devido ao estabelecimento do instrumento da propriedade privada e os desiguais níveis de preços da terra urbana.

Buscando compreender o caso da cidade de Praia Grande-SP, traçamos como diretrizes para identificar os contextos de segregação socioespacial imposta as seguintes variáveis: distribuição da população; distribuição da população por renda per capita nos domicílios; distribuição da população por autodeclaração de cor/raça, dando ênfase aos pretos e pardos e; distribuição de domicílios em que o indivíduo que possui maior parte da renda se autodeclara do gênero feminino.

Vejamos a distribuição da população pelo município:

Mapa 1. Praia Grande-SP – Número de moradores - 2010

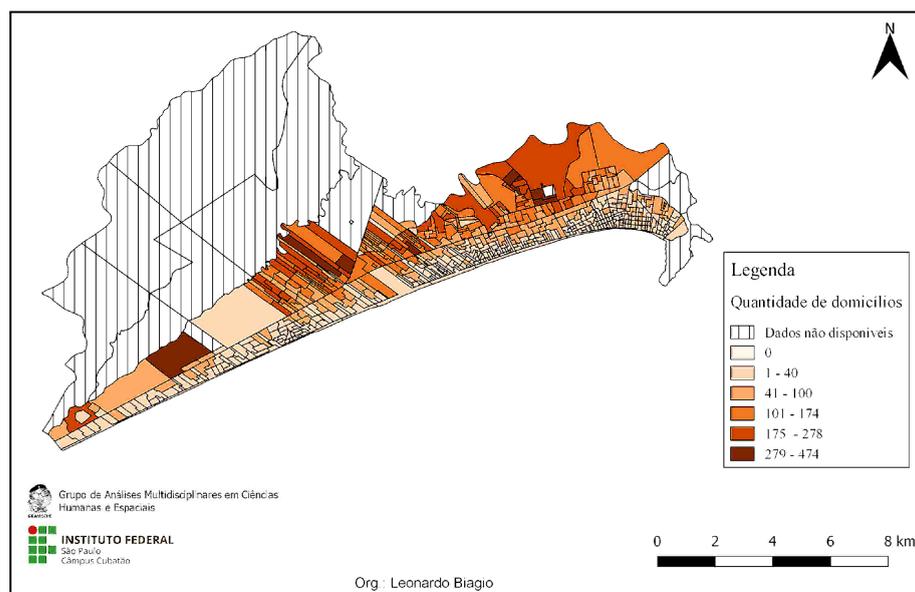


BIAGIO, Leonardo (ed.). **Praia Grande-SP – Número de moradores - 2010**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 66 x 93 cm. Escala 1:200000. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/16nPelvoecKtmkSFj\\_DGmT9WhNmVueuq/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/16nPelvoecKtmkSFj_DGmT9WhNmVueuq/view?usp=sharing). Acesso em: 7 jun. 2023.

De modo geral, o mapa 1 permite compreender um dos aspectos mais relevantes da estrutura da cidade de Praia Grande, considerando a faixa ao sul a da orla praiana, enquanto a faixa ao norte é a continental. É perceptível a maior concentração de população habitando a faixa continental da cidade, com destaque aos bairros: Princesa [noroeste], Esmeralda e Samambaia [norte] e Vila Sônia e Glória [nordeste].

Vejamos em relação aos domicílios em que o rendimento nominal alcança 1 salário-mínimo:

## Mapa 2. Praia Grande-SP – Domicílios com rendimento nominal até 1 salário-mínimo



BIAGIO, Leonardo (ed.). **Praia Grande-SP – Domicílios com rendimento nominal até 1 salário-mínimo**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 66 x 93 cm. Escala 1:200000. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/1PMaeOFumXugve4KD\\_ZGyjSi3qZNqBI/SC/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/1PMaeOFumXugve4KD_ZGyjSi3qZNqBI/SC/view?usp=sharing). Acesso em: 7 jun. 2023.

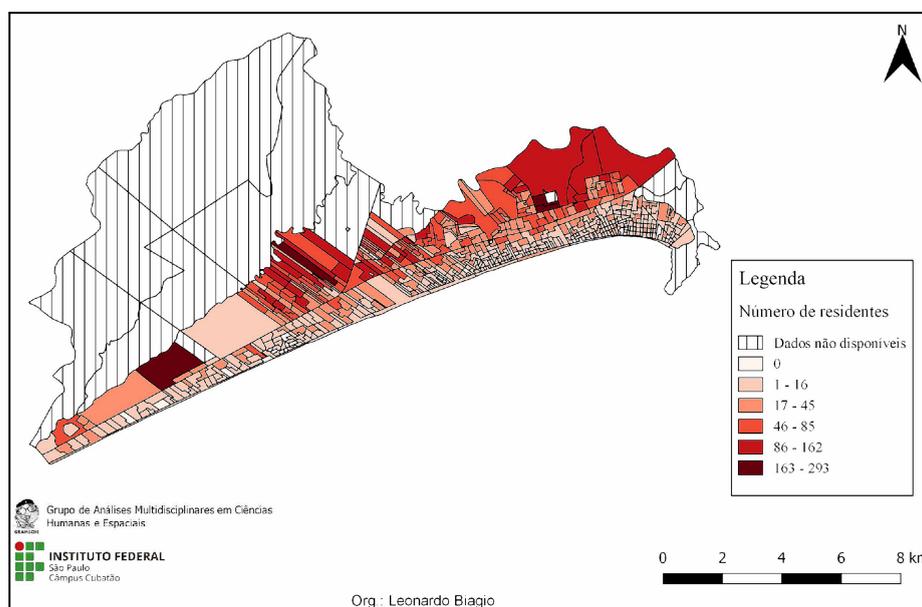
O mapa acima que destaca os domicílios cuja soma dos rendimentos dos moradores alcança no máximo um salário-mínimo. Chama atenção o fato de que alguns dos bairros com maior número de domicílios corresponde ao com maior número de habitantes, tais como o Princesa [noroeste], Esmeralda [norte] e a Vila Sônia e Glória [nordeste]. Cabe destacar ainda outros tais como o Nova Mirim e Anhanguera [norte].

Os dois mapas anteriores permitem compreendermos aspectos da dinâmica imobiliária da cidade de Praia Grande, cuja extensa área de orla da praia é o local preferencial para atuação do capital imobiliário e com isso elevada precificação,

enquanto os bairros situados na faixa continental ainda não despertam tanto interesse dos investidores e agentes imobiliários, o que favorece a ocupação residencial das populações com menores faixas de rendimento mensal. Outro fato relevante é que a maior parcela da população que habita a cidade está nas faixas habitadas pelas populações com menores rendimentos, o que indica a precarização em relação à renda, como também o distanciamento da praia como característica da maior parcela da população praia-grandense.

Vejamos o contexto da autodeclaração de cor/raça entre pretos e pardos, com o intuito de caracterização da população residente em Praia Grande.

### Mapa 3. Praia Grande-SP – Número de população autodeclarada de cor/raça



### preta – 2010

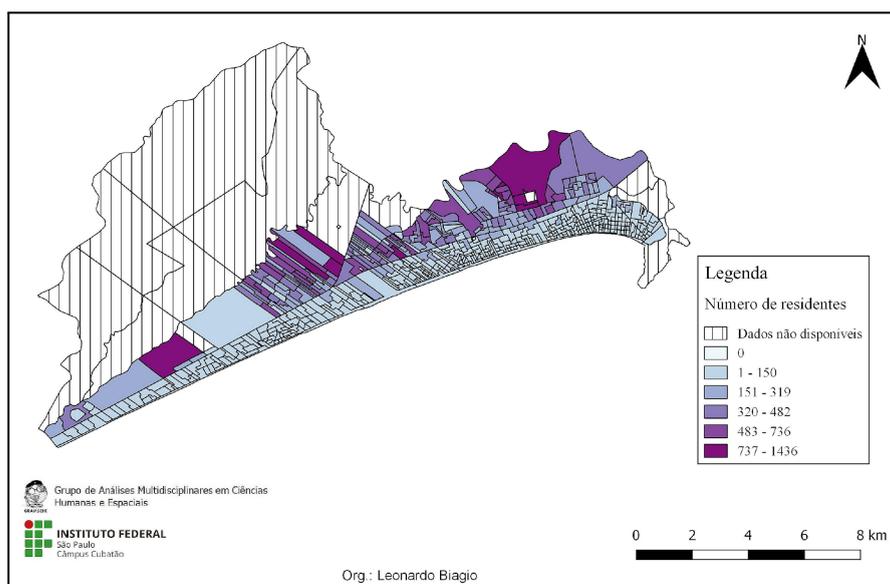
BIAGIO, Leonardo (ed.). **Praia Grande-SP – Número de população autodeclarada de cor/raça preta – 2010**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 66 x 93 cm. Escala 1:200000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1p1btVbCxoq1zKG11Jj2OFGyLPtF0z6p/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jun. 2023.

O mapa 3 sinaliza a concentração mais acentuada das populações autodeclaradas de cor/raça preta nos bairros Princesa [noroeste], Esmeralda [norte]

e no Glória [nordeste], sendo todos esses bairros situados na área continental, tendo como divisa entre os bairros próximos à “praia” a Rodovia SP-55.

Vejamos no Mapa 4 a população autodeclarada de cor/raça parda:

**Mapa 4. Praia Grande-SP – Número de população autodeclarada de cor/raça**



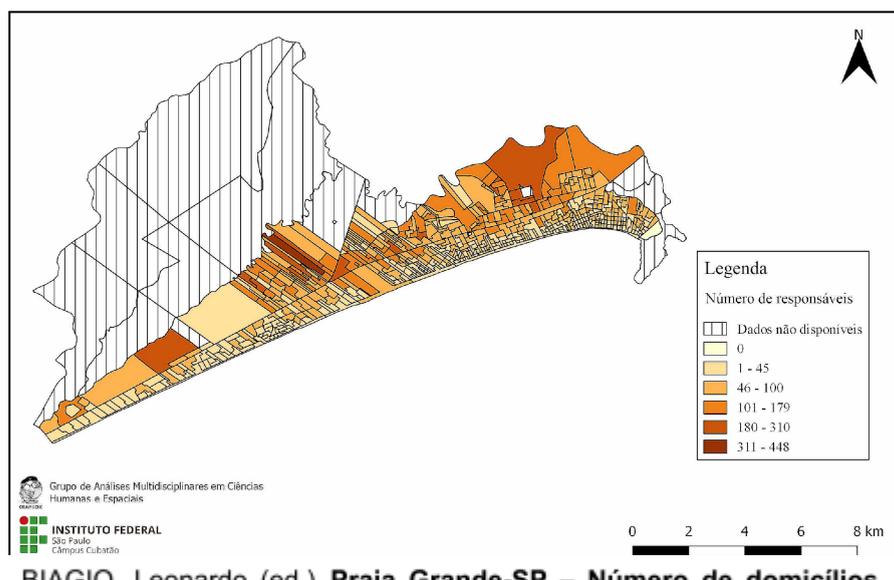
**parda – 2010**

De certo modo, vemos um padrão semelhante à distribuição da população autodeclarada de cor preta, como também os com rendimentos mensais até 1 salário-mínimo, com predomínio das populações autodeclaradas de cor/raça parda nos bairros Princesa [noroeste], Esmeralda e Andaraguá [norte] e Glória e Vila Sônia [nordeste], todos bairros situados na área continental com a barreira da Rodovia SP-55 para acessar os bairros próximos à praia.

Tais representações cartográficas, apesar de estarmos nos referindo a dados de 2010, permite visualizar uma relação sociorracial, isto é, entre a coloração da pele do indivíduo com a sua posição no estrato socioeconômico, como também no recorte espacial de moradia. Consideramos, desse modo, que a cor da pele, bem como o perfil socioeconômico do habitante de Praia Grande-SP estão diretamente associados à localização geográfica periférica de sua respectiva habitação.

Vejamos o recorte da distribuição dos domicílios com mulheres responsáveis pelos rendimentos:

### Mapa 5. Praia Grande-SP – Número de domicílios com mulheres responsáveis pelos rendimentos domiciliares – 2010



BIAGIO, Leonardo (ed.). **Praia Grande-SP – Número de domicílios com mulheres responsáveis pelos rendimentos domiciliares – 2010**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 66 x 93 cm. Escala 1:200000. Disponível em: [https://drive.google.com/file/d/11\\_JwuQBxeQmQsKoFkvnBkuMX\\_65RGoLM/view?usp=sharing](https://drive.google.com/file/d/11_JwuQBxeQmQsKoFkvnBkuMX_65RGoLM/view?usp=sharing). Acesso em: 7 jun. 2023.

Nesse recorte, tem-se o predomínio de mulheres como responsáveis pelos rendimentos mensais no domicílio no bairro Esmeralda [norte], mas também chamam atenção os bairros Princesa [nordeste], Samambaia, Nova Mirim e Quietude [norte], e também o Glória e Vila Sônia [nordeste]. Novamente todos os bairros estão situados na área continental com a barreira da SP-55 para acesso aos bairros próximos à praia. Também é possível observar que bairros como o Princesa, Esmeralda, Glória e Vila Sônia são aqueles onde predominam populações com menores rendimentos, autodeclaradas pretas ou pardas, o que sinaliza que a pobreza econômica está geograficamente localizada, tem cunho racial [preto ou pardo], como também tem na mulher responsável pelo domicílio suas principais vítimas. Isso revela que a segregação socioespacial imposta em Praia Grande-SP se manifesta de modo mais intenso sobre determinados grupos sociais.

Vejamos a distribuição de equipamentos urbanos voltados à manutenção da saúde, promoção do ensino e de lazer em Praia Grande-SP e se tal distribuição acentua ou minimiza tais contextos de segregação socioespacial imposta.

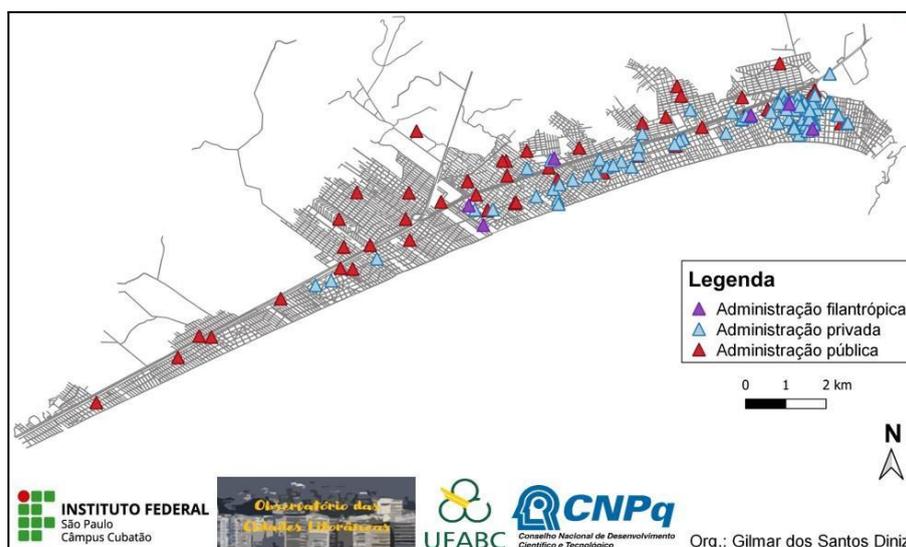
## **DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS DE SAÚDE, ENSINO E LAZER EM PRAIA GRANDE-SP**

Praia Grande-SP é uma cidade litorânea situada na região da Baixada Santista que começou a ter intensificado o processo de urbanização a partir da metade do século passado, sendo estruturada nos moldes da produção capitalista, principalmente mediada pelo fenômeno turístico de praia, sol, mar e turismo de segunda residência. Desse modo, a mercantilização da terra urbana trata-se do setor de maior dinamismo e mais atuante na cidade.

Até o momento da análise, ficou evidente que estamos diante de uma cidade em que a segregação socioespacial imposta possui traços explícitos, com os bairros próximos à praia ocupados pelas populações com maiores rendimentos, ou com imóveis destinados ao turismo de segunda residência ou sazonal [temporada], enquanto a área continental, tendo como recorte a SP-55, é ocupada pela maior parte da população praia-grandense, mas também com bairros específicos em que se concentram populações com baixos níveis de rendimento mensal, grande concentração de autodeclarados pretos ou pardos e mulheres como responsáveis pelos domicílios, isto é, a segregação socioespacial imposta em Praia Grande-SP é associada à classe econômica, à raça e ao gênero.

Essas características expõem a necessidade de analisar os equipamentos urbanos voltados à manutenção da saúde, da promoção do ensino e ao lazer na cidade. Vejamos, primeiramente a distribuição dos equipamentos voltados à manutenção da saúde:

### **Mapa 6 – Praia Grande-SP – Distribuição dos equipamentos de saúde – 2021**

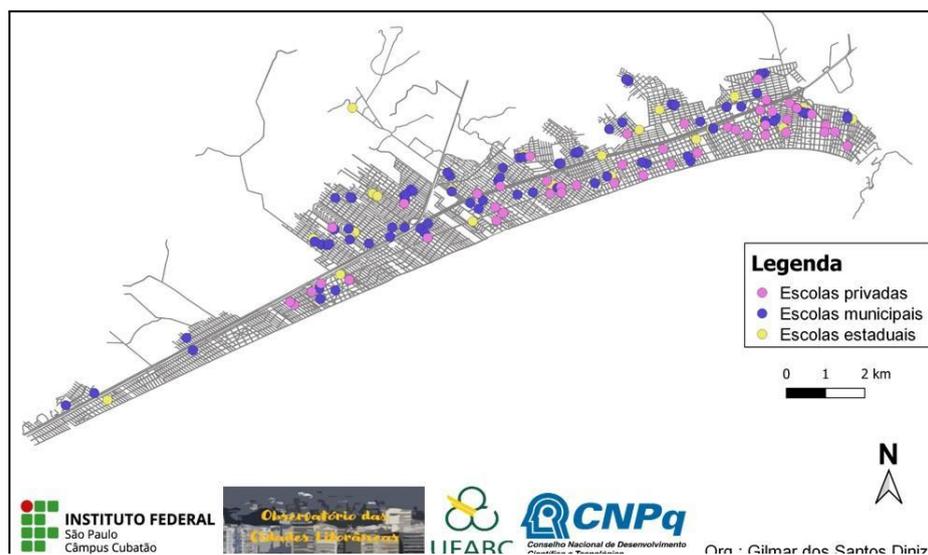


DINIZ, Gilmar dos Santos (ed.). **Praia Grande-SP – Distribuição dos equipamentos de saúde – 2021**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Câmpus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 20 x 34 cm. Escala 1:200000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Y0r0yyXDH44s2uzOvIZPtM0j2HyDkAo0/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jun. 2023.

O mapa com a localização dos equipamentos voltados à manutenção da saúde em Praia Grande nos expõe diversos aspectos. Entre eles estão o número discreto de estabelecimentos de administração de cunho filantrópico, com seis estabelecimentos, e estes situados em sua grande maioria nos bairros próximos à praia, onde vemos que há menor número de habitantes, e habitantes com maiores níveis de rendimento; outro aspecto é a concentração de estabelecimentos privados nos bairros próximos à orla da praia, mas sobretudo nos bairros Guilhermina, Boqueirão e Canto do Forte [sudeste]; por fim, os estabelecimentos de administração pública são distribuídos pelas diversas zonas da cidade, atendendo diversos bairros da “área continental”. É necessário avançar na análise se o número de profissionais e leitos é proporcional ao número de habitantes. No entanto, é notório que o acesso à manutenção da saúde pelas populações com menores rendimentos está associado à existência de equipamentos públicos, sendo completamente ignorados pelas iniciativas filantrópicas e privadas.

Vejamos o contexto dos estabelecimentos voltados a promoção do ensino:

## Mapa 7 – Praia Grande-SP – Distribuição dos estabelecimentos de ensino - 2021

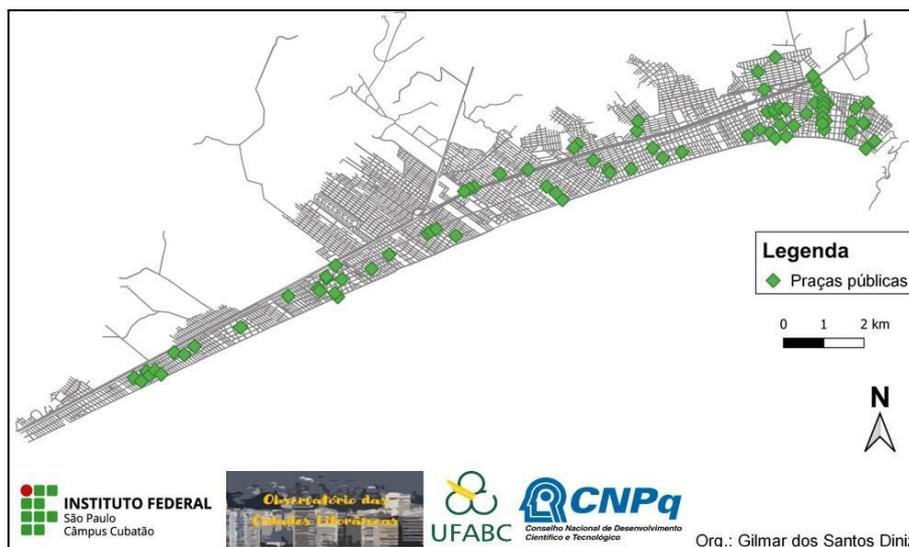


DINIZ, Gilmar dos Santos (ed.). **Praia Grande-SP – Distribuição dos estabelecimentos de ensino - 2021**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 20 x 34 cm. Escala 1:200000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1pbAYFepzR4zkkownJxmOnPwYILsUVxOX/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jun. 2023.

Sobre o contexto da promoção de ensino, não nos ativemos aos níveis de ensino nesse momento da análise, mas apontamos semelhanças com a conjuntura dos equipamentos de saúde, com a iniciativa privada atendendo, prioritariamente, as áreas próximas à orla da praia, e os bairros a sudeste [Guilhermina, Boqueirão e Canto do Forte], enquanto os estabelecimentos na área continental ficam a cargo, quase que exclusivamente, do poder público municipal, com alguns da esfera estadual e poucos privados. Isso demonstra outro indicativo de que as populações atingidas pela segregação socioespacial imposta necessitam, exclusivamente, de iniciativas públicas para a promoção do ensino e desenvolvimento intelectual. Cabe, em novas análises, distinguir os níveis de ensino que servem aos distintos bairros, bem como se a quantidade de vagas oferecidas atende a quantidade de população que habita os bairros da área continental.

Por fim, vemos a dimensão do lazer, tendo como recorte a existência ou não de praças públicas:

## Mapa 8 – Praia Grande-SP – Distribuição de praças públicas – 2021



DINIZ, Gilmar dos Santos (ed.). **Praia Grande-SP – Distribuição de praças públicas – 2021**. Cubatão: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo - Campus Cubatão, 2017. 1 mapa, color., 20 x 34 cm. Escala 1:200000. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1TMrymbDd0FltvVstJui4Zh5hz8N-OhAG/view?usp=sharing>. Acesso em: 7 jun. 2023.

A dimensão do lazer chama atenção por evidenciar de forma explícita a desigual estrutura de direito ao lazer, com mais de 80 praças públicas identificadas e mapeadas em Praia Grande-SP. É notória a concentração na área próxima à orla da praia e no setor sudeste, enquanto os setores da área continental, com o recorte da Rodovia SP-55, o qual reforçamos que é onde se concentra a maior parte da população do município (as populações com menores rendimentos, os autodeclarados pretos e pardos e as mulheres responsáveis pelos rendimentos no domicílio). Essa região possui um número reduzido de praças públicas, o que sinaliza a negação do direito ao lazer, sendo esse direito oferecido de modo abundante nas áreas onde se concentram populações com maiores rendimentos, como também há concentração de imóveis vazios com a função de segunda residência ou locação para temporada. Conclui-se que o lazer público, no caso de Praia Grande-SP, é apropriado pelo fenômeno turístico e seus agentes promotores em detrimento da população praia-grandense.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta análise é continuidade da análise do contexto da urbanização da Baixada Santista, que dá enfoque nos nove municípios que compõem a região, com viés mais restrito ao mapeamento e situação da segregação socioespacial imposta.

Neste caso, a análise avança sobre a cidade de Praia Grande-SP, que, como podemos observar no artigo, trata-se da segunda maior economia da região, com número de estabelecimentos comerciais e de serviços, bem como os empregos formais inferiores apenas a Santos-SP.

A situação geográfica da cidade conta com uma extensa orla de praia, com mais de 20 km de extensão e a proximidade da capital paulista (45 km), o que faz dela uma centralidade turística, com fluxos populacionais intensos aos finais de semana, feriados e meses de verão. Paulatinamente, há grande atuação de grandes capitais tanto comerciais e de serviços, mas principalmente o imobiliário, com intensa verticalização das áreas próximas à orla da praia. Tal conjuntura contribui para desiguais níveis do preço da terra urbana na cidade, com as terras próximas da praia com elevados preços e, quanto mais distante da praia, menor o preço da terra urbana.

Esse contexto, junto à desigualdade de renda, produz e reproduz dinâmicas de segregação socioespacial imposta, isto é, locais onde se concentram habitações de populações com baixos níveis de renda. Na análise, expomos que tais locais se concentram distante da orla da praia, nas áreas urbanas situadas além da Rodovia SP-55, que recorta a cidade de Praia Grande de leste a oeste e divide a cidade entre as áreas urbanas próximas à orla da praia e as áreas continentais, onde se concentram as populações com menores rendimentos.

Vimos também que as populações que sofrem com a segregação socioespacial imposta, isto é, que não possuem possibilidades de escolher os locais de habitação, mas sim habitam o local que sua condição de renda permite e que são limitados, são a maioria em Praia Grande-SP e possuem características predominantes, entre elas serem em sua maioria autodeclaradas pretas ou pardas, e os domicílios serem em sua maioria chefiados (indivíduo com maior rendimento) por mulheres.

Indo além dessas características populacionais, identificamos a localização dos equipamentos urbanos voltados à manutenção da saúde, promoção do ensino e lazer. Em relação aos estabelecimentos voltados à saúde, as áreas de segregação socioespacial imposta contam com a proximidade de estabelecimentos públicos e a ausência de privados, o mesmo ocorre quanto aos equipamentos voltados à promoção de ensino. Esse cenário aponta que, para o capital privado que atua nos setores de saúde e ensino em Praia Grande-SP, a quantidade e a necessidade da população não é uma variável considerada para implantação de estabelecimentos. A maior parte da população da cidade, que tem os menores rendimentos, tem na esfera pública a única possibilidade de acesso a equipamentos para manutenção da saúde e para o desenvolvimento intelectual e níveis de ensino.

Em relação ao lazer, a análise se pautou em investimentos públicos como a localização de praças públicas, e foi identificado que as áreas de segregação socioespacial imposta, a área continental, com a maior parte da população da cidade e com menores rendimentos, contam com 20% do total de praças públicas, ou seja, a atuação do poder público e a visão predominante da sociedade praia-grandense é a de que o lazer público não é prioridade para as populações com menores rendimentos da cidade.

Por fim, esta análise nos direcionou para novos estudos, tanto em relação à tipologia dos estabelecimentos de saúde e ensino em que as áreas de segregação socioespacial imposta são atendidas, como também a análise das práticas socioespaciais das populações que as habitam, principalmente no caso das mulheres responsáveis pelos rendimentos do domicílio. Sabemos que há um arcabouço teórico sobre a condição da mulher na sociedade capitalista e suas funções socialmente produzidas, tais como a de mãe-solo, a inferioridade salarial, a dificuldade no acesso ao trabalho formal, entre outros, porém esta análise nos direciona para buscar entender o porquê as mulheres, principalmente as autodeclaradas pretas ou pardas, serem predominantemente os indivíduos que chefiam os domicílios em áreas de segregação socioespacial imposta.

## **REFERÊNCIAS**

CARLOS, A. F. A. **O espaço urbano: novos escritos sobre a cidade**. São Paulo. 2004.

CORREA, R. L. **O espaço urbano**. São Paulo. 1989.

DIAS, L. C. Redes: Emergência e Organização. *In*: CASTRO, I. E. de; CORREA, R. L.; GOMES, P. C. da. C. **Geografia: conceitos e temas**. Rio de Janeiro. 2006.

LEFEBVRE. H. **O direito à cidade**. São Paulo. 1991.

LOJKINE, J. **O estado capitalista e a questão urbana**. São Paulo. 1997.

SOUZA. M. L. de. **ABC do Desenvolvimento Urbano**. Rio de Janeiro. 2003.

SPOSITO, M. Encarnação Beltrão. A produção do espaço urbano: escalas, diferenças e desigualdades socioespaciais. *In*: CARLOS, Ana F. A.; SOUZA, Marcelo L.; SPOSITO, M. Encarnação B.. (Org.). **A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios**. São Paulo. p. 123-145. 2011.

VIEIRA, I. **Turismo de Segunda Residência em Praia Grande (SP)**. São Paulo. 2008.